



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Assessoria de Comunicação**

Clipping Impresso

Quinta, 23 de janeiro de 2014

Biaman Prado



Presidente do TJMA, Cleonice Freire, comporá o Órgão Especial

TJMA instala Órgão Especial para julgar processos de 2º grau

Órgão exercerá todas as competências e atribuições do Plenário. Seus 15 membros foram empossados ontem. **Geral 6**

Órgão Especial agilizará julgamento de processos de segundo grau no TJMA

Quinze membros do Tribunal de Justiça do Maranhão foram empossados ontem e comporão o órgão, que exercerá todas as competências e atribuições do Plenário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou ontem, em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau, empossando os 15 membros que comporão o órgão, sendo três natos, seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

As sessões do órgão acontecerão com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).

O Órgão Especial exercerá todas as competências e atribuições do Plenário, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da Esmam, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juízes e listas tríplexes de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplex de candidatos pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

Após conduzir o processo de eleição e instalação do órgão, a



Biaman Prado

A presidente TJMA, Cleonice Freire, vai integrar o Órgão Especial

presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, informou que sua instalação foi feita em cumprimento à legislação vigente, que prevê a criação de um órgão especial nos tribunais com mais de 25 membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais.

“O TJMA já tem 27 membros. Então, é necessário compatibilizar a sua constituição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos as nossas rotinas”, disse a presidente.

Votação - Conforme eleição secreta realizada ontem, o órgão será composto pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e Benedito Belo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Joaquim Figueiredo, Kleber Carvalho, Raimundo

Órgão Especial

O órgão foi criado pela Lei Complementar nº 160/ de 3 de dezembro de 2013, que alterou o caput e o parágrafo 6º da Lei Complementar Nº 14/1991, e acrescenta o artigo 18-A e disciplinado pela Resolução TJMA Nº 74/2013. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979) prevê que os Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.

Barros, Ângela Salazar, Lourival Se-rejo e Ricardo Duailibe; e pelos suplentes eleitos, desembargadores Paulo Velten, José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte e José Luiz Oliveira.

Todos os processos de competência do Órgão Especial que já possuem relatores do Plenário serão redistribuídos, com exceção daqueles cujos julgamentos já tenham sido iniciados.

Órgão Especial é criado para agilizar julgamento de processos no TJ-MA

DIVULGAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) instalou ontem (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau, empossando os 15 membros que compõem o órgão, sendo três natos, seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

As sessões do órgão acontecerão com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta do mês e, na quinta, quando ocorrer).

O Órgão Especial exercerá todas as competências e atribuições do Plenário, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da ESMAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juízes e listas triplíceis de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista triplíceis de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

Após conduzir o processo de eleição e instalação do Órgão, a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire informou

que sua instalação foi feita em cumprimento à legislação vigente, que prevê a criação de um órgão especial nos tribunais com mais de 25 membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais.

“O TJ-MA já possui 27 membros, então é necessário compatibilizar a sua constituição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos as nossas rotinas”, disse a presidente.

VOTAÇÃO – Conforme eleição secreta realizada ontem, o Órgão será composto pela presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e Benedito Belo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Joaquim Figueiredo, Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Lourival Serejo e Ricardo Duailibe; e pelos suplentes eleitos, desembargadores Paulo Velten, José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte e José Luiz Oliveira.



A PRESIDENTE DO TJ disse que a instalação do Órgão Especial ocorre em cumprimento à legislação vigente

Todos os processos de competência do Órgão Especial que já possuem relatores do Plenário serão redistribuídos, com exceção daqueles cujos julgamentos já tenham sido iniciados.

LOMAM – O Órgão foi criado pela Lei Complementar nº 160, de 3 de dezembro de 2013, que alterou o caput e o parágrafo 6º da Lei Complementar Nº 14/1991, e acrescenta o artigo 18-A e disci-

plinado pela Resolução TJ-MA Nº 74/2013

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979) prevê que os Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de 25 desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de 15 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, competência do Tribunal Pleno

Presidente do TJMA reduz colegiado para julgamentos

Para acelerar as decisões do Tribunal de Justiça, a presidente da Corte decidiu criar um órgão especial com 15 desembargadores que julgarão processos de 2º grau.

POLÍTICA 3

Tribunal de Justiça enxuga o Pleno

Presidente Cleonice Freire toma decisão de reduzir o colegiado. Dessa forma, ao invés de 27 votos, serão 15, tomando os julgamentos mais céleres e aumentando o número de processos julgados

CLODOALDO CORRÊA

As decisões do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão agora serão tomadas por um grupo reduzido de desembargadores. O Judiciário maranhense criou o Órgão especial para julgamentos de processos do segundo grau com 15 membros titulares e seis suplentes. Assim, as decisões do pleno agora ficarão apenas nas mãos de 15 dos 27 desembargadores do TJMA. O novo modelo começa a funcionar a partir da próxima sessão do Pleno na quarta-feira (29).

Há algum tempo, alguns desembargadores já vinham defendendo a ideia de reduzir a composição de tomada de decisões do Pleno como já é feito em outros grandes tribunais. A medida visa agilizar os julgamentos. Uma vez com 27 votos para serem justificados e discutidos, as sessões têm um número menor de processos que podem ser julgados. Com o enxugamento, mais processos poderão ser julgados em uma sessão. “O Tribunal de Justiça do Maranhão já possui 27 membros. Então, precisamos compatibilizar a composição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos nossa rotina”, afirmou a presidente do Tribunal, desembargadora



Presidente, Cleonice Freire, deu início ao ano judiciário exigindo maior celeridade e um Judiciário mais enxuto



precisamos compatibilizar a composição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos nossa rotina

Cleonice Freire, presidente do TJMA

A composição completa dos 27 desembargadores só deverá se reunir agora para eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, diretoria da escola da magistratura, do próprio Órgão Especial, de desembargadores, de juízes e do TRE; de Ação Direta de inconstitucionalidade e outras especificidades.

Presidente, vice-presidente e corregedor do tribunal sempre farão parte do Órgão especial, que é composto ainda por seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos. Ontem mesmo, foram eleitos os membros que farão parte da composição atual. Na suplência, ficaram os desembargadores Paulo Velten, José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte e José Luiz Oliveira.

Com isso, todos os processos que deverão ser apreciados pelo Pleno serão redistribuídos para os desembargadores que compõem o Órgão especial.

A formação do "Pleninho" abriu o ano judiciário. Na sessão especial, a nova presidente do TJMA fez sua apresentação

e reforçou seu desejo de dar mais celeridade ao trâmite processual e melhorar a prestação jurisdicional. "Estou disposta a dar o melhor de mim na construção de um Poder Judiciário forte, atuante, em sintonia com as necessidades de uma sociedade moderna e em constante processo de mutação", afirmou.

Segundo a presidente, o enxugamento do Pleno está sendo realizado em virtude da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979), que prevê aos Tribunais de Justiça com mais de 25 desembargadores a constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros para as votações da competência do Tribunal Pleno.

Cleonice apresentou as mudanças em algumas diretorias do Poder Judiciário durante sua gestão. Na diretoria geral, assume Herbert Leite; na Informática, assume Jorge Henrique Oliveira; Gardênia Baluz é a nova diretora de Finanças;

e Arnor Silva Machado Filho comanda agora a Engenharia.

Sessão adiada

Na abertura dos trabalhos em 2014, os desembargadores apenas formaram o órgão especial. A sessão jurisdicional de ontem foi adiada para o dia 5 de fevereiro, já que na próxima quarta é dia de sessão administrativa. Cleonice Freire preferiu o adiamento pela demora já na formação do Órgão

especial.

Na pauta, estava o julgamento do pedido do empresário Marcos Regadas, da Franere, para ter acesso à investigação do Ministério Público sobre sua suposta participação no "consórcio" que culminou na morte do jornalista Décio Sá.

Marcos Regadas alega que teria negado o acesso dele ao procedimento investigativo Criminal instaurado para apurar possível ameaça ao promotor de Justiça Luís Fernando Barreto. Uma carta escrita por um dos acusados da morte de Décio, o "Júnior Bolinha", daria conta de que o "Marco da Franere" também supostamente fazia parte desse "consórcio".

O relator Kléber Carvalho já deu ganho de causa a Regadas para que tenha acesso ao procedimento investigatório. A decisão agora será do Pleno.

O pleno do TJMA ainda teria outros 18 processos para julgar ontem que foram adiados.

» Eles tomarão as decisões do Pleno

Órgão especial
Cleonice Freire (presidente)
Anildes Cruz (vice-presidente)
Nelma Sarney (corregedora geral da Justiça)
Titulares por antiguidade
Antonio Bayma
Jorge Rachid
Jamil Gedeon
Guerreiro Júnior

Cleones Cunha
Benedito Belo
Titulares eleitos
Joaquim Figueiredo
Kleber Carvalho
Raimundo Barros
Ângela Salazar
Lourival Serejo
Ricardo Duailibe

Presidente do TJ-MA dá início ao ano judiciário

Na abertura do ano judiciário, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, apresentou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão e apresentou a sua equipe de colaboradores, durante o ato solene de abertura do ano judiciário, nesta quarta-feira (22), na sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do TJ-MA anunciou o adiamento da sessão jurisdicional prevista para a data e abriu sessão extraordinária administrativa, na qual foi instalado o Órgão Espe-

cial e eleitos os seus membros.

Em seu pronunciamento, a desembargadora falou da satisfação em presidir o TJ-MA, após um longo caminho percorrido como magistrada. "Sinto-me confiante para enfrentar os desafios e suportar o peso das responsabilidades do cargo que os colegas me delegaram", declarou.

A presidente do TJ-MA ressaltou que se empenhará para fortalecer a imagem institucional do judiciário maranhense. "Estou disposta a dar o melhor de mim na construção de um Poder Judiciário forte, atuante, em sintonia com as necessidades de uma sociedade

moderna e em constante processo de mutação", disse, convidando magistrados, operadores da Justiça e servidores a trabalhar de forma colaborativa com a sua gestão.

Cleonice Freire apresentou a sua equipe de colaboradores diretos e mencionou os desembargadores que ocupam coordenadorias e órgãos especiais com atuação específica na implementação e execução de políticas públicas e projetos especiais no Tribunal: Angela Salazar (Coordenadoria Estadual da Mulher); Froz Sobrinho (Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária); Paulo Veltén (Ouvidoria); Vicente de Paula (Co-

ordenadoria da Infância e Juventude); Raimundo Barros (Comissão de Segurança Institucional) e José Luis Almeida (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos).

No auxílio à presidência, ficaram os juizes de Direito José de Ribamar Castro e Nilo Ribeiro Filho, este reconduzido à função de gestor da Coordenadoria de Pregatórios. O juiz Márlon Reis será o responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização e coordenará na Região Sul do Estado, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Centro do Judiciário atua na mediação de conflitos familiares

A mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, agora pode ser realizada também no Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). No local, são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento.

A conciliação é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários. O serviço funciona apenas na unidade do Fórum de São Luís. O pedido de audiência é feito pelas partes por meio de formulário próprio disponível no site do Tribunal de Justiça, no link "conciliação", ou pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800-707-1581.

Se preferir, o interessado pode se dirigir ao centro (Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau) e, além de agendar a audiência já deixa marcada, quando for o caso, a data de realização do exame de DNA, no Laboratório de Biologia Molecular, que funciona no próprio fórum.

Foi o que fez a auxiliar administrativa M.E.P. ao procurar a unidade para o reconhecimento da paternidade da filha de 15 anos. O pai, que tem cinco filhos de outro relacionamento, pediu o teste de DNA.

A primeira audiência do caso ocorreu na Semana Nacional da Conciliação, em dezembro de 2013.

Na última terça-feira (21), foi entregue o resultado do exame e os pais assinaram o acordo de reconhecimento da paternidade. A menina acompanhou a audiência em que ficou definida também a pensão alimentícia e outros direitos da menor.

A mãe disse ter tentado por diversas vezes que o pai reconhecesse a paternidade da filha, mas, segundo a auxiliar administrativa, ele sempre se negou. "Busquei pela primeira vez o Centro de Conciliação por acreditar que tudo seria mais rápido, como realmente foi", contou. A mediação do acordo foi realizada pelo conciliador Washington Coelho.

"Esse trabalho visa estimular o diálogo entre as partes para o amadurecimento do conflito", explicou o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu.

De acordo com Alexandre Abreu, as relações familiares têm um ganho muito grande ao serem resolvidas através da conciliação, "pois aquele que se oferece voluntariamente para resolver seu conflito familiar tem maior chance de solucionar o problema do que por meio de uma imposição judicial", acrescentou o magistrado. Mais informações pelo telefone (98) 3194-5676.

23.01.14 – A TARDE – Capa

Presidente do TJMA dá início ao ano judiciário



Presidente do TJMA dá início ao ano judiciário



Cleonice Freire diz que sente-se confiante para enfrentar os desafios

Na abertura do ano judiciário, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, prestou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão e apresentou a sua equipe de colaboradores, durante o ato solene de abertura do ano judiciário, nesta quarta-feira (22), na sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do TJMA anunciou o adiamento da sessão jurisdicional prevista para a data e abriu sessão extraordinária administrativa, na qual foi instalado o Órgão Especial e eleitos os seus membros.

Em seu pronunciamento, a desembargadora falou da satisfação em presidir o TJMA, após um longo caminho percorrido como magis-

trada. "Sinto-me confiante para enfrentar os desafios e suportar o peso das responsabilidades do cargo que os colegas me delegaram", declarou.

A presidente do TJMA ressaltou que se empenhará para fortalecer a imagem institucional do Judiciário maranhense. "Estou disposta a dar o melhor de mim na construção de um Poder Judiciário forte, atuante, em sintonia com as necessidades de uma sociedade moderna e em constante processo de mutação", disse, convidando magistrados, operadores da Justiça e servidores a trabalhar de forma colaborativa com a sua gestão.

SOCIAL - Cleonice Freire apresentou a sua equipe de colaboradores diretos e mencionou os desembargadores que ocupam coordenadorias e órgãos especiais com atuação específica na implementação e execução

de políticas públicas e projetos especiais no Tribunal: Ângela Salazar (Coordenadoria Estadual da Mulher); Froz Sobrinho (Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária); Paulo Velten (Ouidoria); Vicente de Paula (Coordenadoria da Infância e Juventude); Raimundo Barros (Comissão de Segurança Institucional) e José Luis Almeida (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos).

No auxílio à presidência, ficarão os juizes de Direito José de Ribamar Castro e Nilo Ribeiro Filho, este reconduzido à função de gestor da Coordenadoria de Precatórios. O juiz Márlon Reis será o responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização e coordenará, na Região Sul do Estado, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.



A presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, apresentou a sua equipe de colaboradores diretos

Presidente do TJMA dá início ao ano judiciário

Na abertura do ano judiciário, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, prestou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão e apresentou a sua equipe de colaboradores, durante o ato solene de abertura do ano judiciário, nesta quarta-feira (22), na sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do

TJMA anunciou o adiamento da sessão jurisdicional prevista para a data e abriu sessão extraordinária administrativa, na qual foi instalado o Órgão Especial e eleitos os seus membros.

Em seu pronunciamento, a desembargadora falou da satisfação em presidir o TJMA, após um longo caminho percorrido como magistrada. A presidente do TJMA ressaltou que se empenhará para fortalecer a imagem institucional do Judiciário maranhense.

Órgão Especial agilizará julgamento de processos no TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou nesta quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau, empregando os 15 membros que compõem o órgão, sendo três natos, seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

As sessões do órgão acontecerão com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).

O Órgão Especial exercerá todas as competências e atribuições do Plenário, ex-

ceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da ESMAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juízes e listas triplíces de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista triplíce de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

Após conduzir o processo de eleição e instalação do Órgão, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire informou que sua instalação foi feita em cumprimento à legislação vigente, que prevê a criação

de um órgão especial nos tribunais com mais de 25 membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais.

"O TJMA já possui 27 membros, então é necessário compatibilizar a sua constituição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos as nossas rotinas", disse a presidente.

VOTAÇÃO - Conforme eleição secreta realizada nesta quarta-feira (22), o Órgão será composto pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos

titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e Benedito Belo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Joaquim Figueiredo, Kleber Carvalho, Raimundo Barrós, Ângela Salazar, Lourival Serejo e Ricardo Duailibe; e pelos suplentes eleitos, desembargadores Paulo Velten, José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte e José Luiz Oliveira.

Todos os processos de competência do Órgão Especial que já possuam relatores do Plenário serão redistribuídos, com exceção daqueles cujos julgamentos já tenham sido iniciados.

CENTRO DO JUDICIÁRIO ATUA NA MEDIÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES



A mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, agora pode ser realizada também no Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). No local são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento. A conciliação é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários. O serviço funciona apenas na unidade do Fórum de São Luís. O pedido de audiência é feito pelas partes por meio de formulário próprio disponível no site do Tribunal de Justiça, no link "conciliação", ou pelo Telejúdiciário, que atende pelo número 0800-707-1581.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA APRESENTA BALANÇO PARCIAL DO MUTIRÃO

Em pouco menos de uma semana, a força tarefa montada para análise processual já examinou 230 processos. Esse é o balanço apresentado na manhã desta quarta-feira, 22, pela juíza corregedora Francisca Galiza, que coordena as atividades do mutirão. O esforço concentrado está acontecendo no Fórum de Justiça de São Luís e faz parte das medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada para conter a crise nos presídios de São Luís, que é presidido pela governadora do Estado, Roseana Sarney.

Conciliação

A mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, agora pode ser realizada também no Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa

(Calhau). No local, são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento. A conciliação é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários.

Estado maior

Crise e união

Os problemas existem, são muito graves, mas estão sendo resolvidos. A crise no sistema penitenciário do Maranhão é grave, mas já está sob controle e tende a ser superada com a concretização do pacote de 11 medidas definidas na reunião com a presença do ministro da Justiça, que resultou na instalação do Comitê Gestor de Ações Compartilhadas, presidido pela governadora Roseana Sarney (PMDB), e tendo como membros a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, e a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

É esse o ânimo dominante na mais alta Corte de Justiça do Maranhão, conforme apurou ontem a coluna em conversa com três desembargadores. De um modo geral, a cúpula do Poder Judiciário assume a responsabilidade que tem na crise, sem, porém, admitir sentimento de culpa. Entende que há morosidade no processo judiciário, mas argumenta que a estrutura do Poder ainda não é suficiente para atender às demandas, mas não aceita a acusação corrente segundo a qual "a polícia prende e a Justiça solta".

Na avaliação desses magistrados, a crise no sistema carcerário é grave, mas não complexa, e poderá ser resolvida com a efetivação das 11 medidas definidas em comum acordo pelo Executivo, o Judiciário e o Ministério da Justiça, com o acompanhamento do Legislativo e do Ministério Público. Eles concordam com a expectativa de que, se as medidas forem de fato materializadas - reconhecem que estão sendo -, em pouco tempo o sistema prisional do Maranhão terá resolvido o maior dos seus males: a superlotação.

Cada um ao seu modo, os magistrados descartaram qualquer possibilidade de estremecimento entre os Poderes do Estado por causa dessa crise carcerária. Eles avaliam que, ao contrário das previsões pessimistas, a solução do problema penitenciário do Maranhão tornará Executivo, Judiciário e o Legislativo mais fortes, independentes e harmônicos entre si. Como manda o mais consagrado postulado da democracia.

Confiante

Na abertura do ano judiciário, a presidente Cleonice Freire apresentou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão e apresentou a sua equipe de colaboradores.

- Sinto-me confiante para enfrentar os desafios e suportar o peso das responsabilidades do cargo - declarou.

E assinalou: "Estou disposta a dar o melhor de mim na construção de um Poder Judiciário forte, atuante, em sintonia com uma sociedade moderna e em constante processo de mutação".

Equipe I

A presidente Cleonice Freire apresentou sua equipe, formada pelos desembargadores Ângela Salazar (Coordenadoria Estadual da Mulher), Froz Sobrinho (Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária).

E Paulo Velten (Ouvidoria), Vicente de Paula (Coordenadoria da Infância e Juventude) e Raimundo Barros (Comissão de Segurança Institucional).

E José Luis Almeida (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos).

Equipe II

Vão auxiliar o novo comando do Tribunal de Justiça os juizes de Direito José de Ribamar Castro e Nilo Ribeiro Filho, este reconduzido à função de gestor da Coordenadoria de Precatórios.

O juiz Márlon Reis será o responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização e coordenará, na Região Sul do Estado, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

A presidente Cleonice Freire disse que confia no bom desempenho da equipe.

De lupa em punho (1)

Em pouco menos de uma semana, a força-tarefa montada no Fórum de São Luís para as análises processuais de presos já examinou 230 processos. O balanço foi apresentado ontem, pela juíza corregedora Francisca Galiza, que coordena as atividades do mutirão. Isso é apenas o começo de um trabalho duro e integrado.

De lupa em punho (2)

O mutirão faz parte das medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada, presidido pela governadora Roseana Sarney, com o objetivo de conter a crise nos presídios de São Luís. A meta é analisar mais de mil processos criminais de presos provisórios nas cadeias de São Luís, sem julgamento. Todos os membros do Comitê estão empenhados em destravar a área judicial ligada ao crime.

De lupa em punho (3)

Para debelar a crise carcerária, chegarão ao Maranhão defensores públicos federais e de outros estados, que comporão a força-tarefa, no mutirão que acontecerá dentro dos próprios presídios. O resultado do trabalho realizado em São Luís pode servir de modelo para outros estados, levando-se em conta que a crise é nacional.

Corregedoria faz balanço parcial de mutirão carcerário

Juíza corregedora Francisca Galiza informou ontem que até o momento já foi realizada a análise de 230 processos

Em pouco menos de uma semana, a força-tarefa montada para análise processual já examinou 230 processos. Esse foi o balanço apresentado na manhã de ontem pela juíza corregedora Francisca Galiza, que coordena as atividades do mutirão. O esforço concentrado acontece no Fórum de Justiça de São Luís e faz parte das medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada para conter a crise nos presídios de São Luís, que é presidido pela governadora do Estado, Roseana Sarney.

A ação coordenada pela Comissão de Trabalho do Sistema Criminal, composta pela Corregedoria da Justiça, Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, Corregedoria do Ministério Público e Defensoria Pública, foi instituída pela Resolução Conjunta 01/2014 e tem o objetivo de realizar um diagnóstico quantitativo dos presos, bem como das condições em que as penas estão sendo cumpridas. O grupo de trabalho é formado por juízes, promotores e defensores e conta com suporte de servidores que atuam nos moldes de uma secretaria judicial.

De acordo com a secretária do mutirão, Edwiges Bertrând, o principal fator de êxito das ações é o comprometimento do grupo

de trabalho. "Temos visto a dedicação e o compromisso de juízes, defensores e promotores na realização das atividades. Os servidores também têm colaborado de forma decisiva, muitos estão, inclusive, dobrando seu horário de trabalho", frisou a secretária.

Apolo – A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, enfatizou o esforço dos juízes titulares das varas contempladas pelo mutirão. Para ela, a colaboração dos magistrados tem sido fundamental para o avanço dos trabalhos de uma forma positiva.

"Neste primeiro mês à frente da Corregedoria, tenho visto de perto o empenho dos juízes em suas atividades. Isso é reflexo de uma magistratura alinhada com os anseios da sociedade e comprometida com a sua função social", avaliou a corregedora.

Até o momento, já foram examinados processos da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª varas criminais de São Luís, 1ª e 2ª varas de São José de Ribamar, 1ª e 2ª varas de Paço do Lumiar, 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís, 1ª e 3ª varas do Tribunal do Júri de São Luís, Vara Única da Raposa e Vara da Mulher de São Luís.

Leia mais em Polícia 6

Novo diretor

IMPERATRIZ - O juiz Delvan Tavares Oliveira é o novo diretor do Fórum da Comarca de Imperatriz. Titular da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Imperatriz, o magistrado foi designado para a função através da Portaria CGJ 240/2014 e substitui o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, diretor do fórum no biênio 2012/2013. "Assumo a função com a precípua pretensão de dar continuidade ao profícuo trabalho que vem sendo desenvolvido, de modo particular contribuir com o aprimoramento da prestação da Justiça, com foco na seriedade, na eficiência, na qualidade e na presteza dos serviços".

Corte do TRE inicia hoje trabalhos de 2014 com julgamento de vereadores

Pleno analisará embargos de declaração interpostos pelo vereador Beto Castro e julgará recurso contra a Expedição de Diploma em desfavor de Barbara Soeiro

Patric Soares

Carla Lima
Da editoria de Política

Serão iniciados hoje os trabalhos de 2014 da Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão. Na primeira sessão de julgamento deste ano, estão na pauta a análise de ações que pedem a cassação dos vereadores de São Luís, Beto Castro (PRTB) e Bárbara Soeiro (PMN).

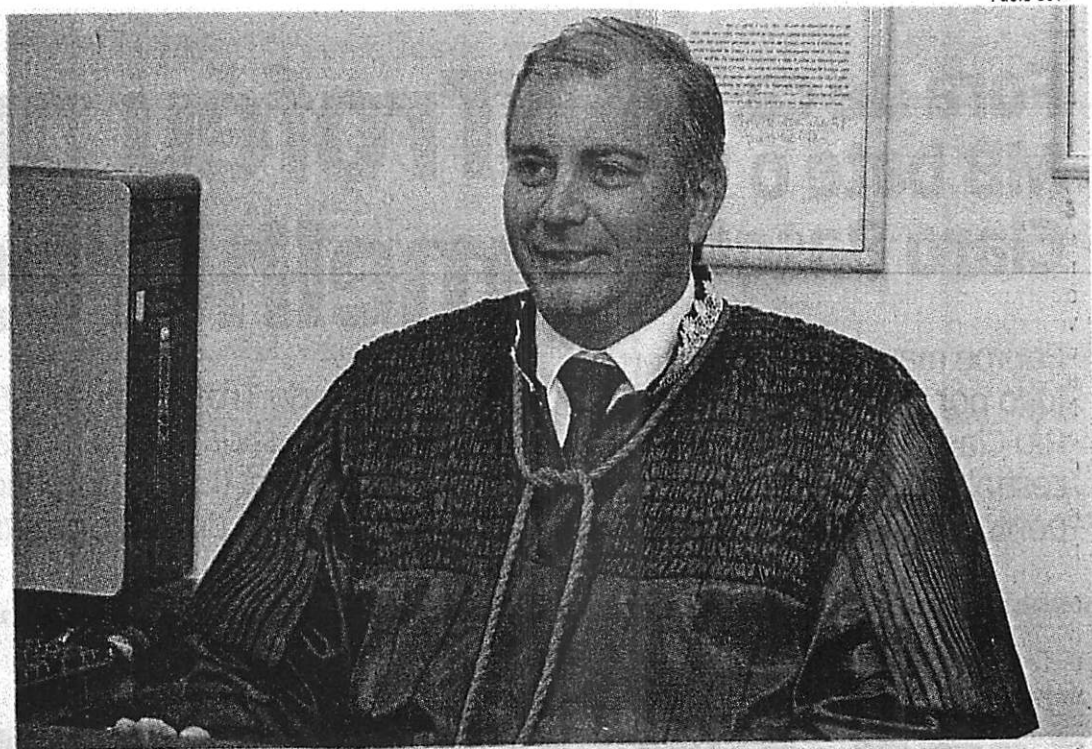
Em ano eleitoral, a meta dos juízes eleitorais é entrar no processo da eleição sem acúmulo de ações referentes ao pleito de 2012. Esta foi a meta estabelecida pelo presidente do TRE, desembargador Froz Sobrinho, na época que comandou a Corregedoria Eleitoral. Em entrevista a *O Estado*, o magistrado garantiu que um ofício tinha sido encaminhado a todos os juízes do interior para que os processos das eleições passadas fossem analisados em tempo hábil.

"A meta é julgar todos os processos relacionados às eleições municipais. Precisamos entrar no processo eleitoral deste ano sem maiores pendências", disse Froz Sobrinho.

De olho nessa meta, a Corte Eleitoral inicia os trabalhos deste ano com a pauta composta por processos com pedidos de cassação de eleitos em 2012. Entre as ações, estão o caso da vereadora Bárbara Soeiro. Na última sessão de 2013, os juízes eleitorais iniciaram o julgamento do Recurso Contra Expedição de Diploma da vereadora, interposto pela sua suplente, Eidimar Gomes Rodrigues.

A suplente alega que a vereadora recebeu proventos do cargo que exercia na Prefeitura de São Luís, em período da campanha, que é vedado pela legislação eleitoral. No julgamento de dezembro, o então relator do processo, juiz Sérgio Muniz, votou pela improcedência da ação.

Os magistrados José Eulálio



Presidente do TRE, desembargador Froz Sobrinho, quer zerar a pauta de processos referentes à eleição 2012

Figueiredo e Eduardo Moreira votaram com o relator. O desembargador Froz Sobrinho pediu vista do processo e a juíza Alice Rocha aguarda a manifestação do desembargador. Falta votar ainda o juiz Clodomir Sebastião Reis, que no dia da votação estava ausente.

Cassação - Outro processo que deve ser analisado pela Corte Eleitoral será o embargo de declaração interposto pela defesa do vereador Beto Castro. No fim do ano passado, o TRE confirmou a decisão da Justiça de primeiro grau que cassou o mandato do vereador do PRTB.

Em setembro, a juíza Luiza Nepomucena cassou Beto Castro (PRTB) e determinou posse imediata do suplente. A magistrada entendeu que Castro cometeu fraude. Segundo a decisão da juíza, Beto Castro não tinha direito de disputar uma eleição por possuir duas carteiras de identidade e dois títulos eleitorais e pelo menos dois CPFs, o que caracterizava fraude.

Mais

Estão ainda na pauta de julgamento de hoje recurso eleitoral com pedido de cassação da prefeita de Urbano Santos, Iracema Cristina Lima, por compra de voto e abuso de poder econômico; e ainda um agravo regimental. Há a expectativa de que outros embargos de declaração sejam analisados. O membro da Corte Eleitoral pode julgar esse recurso sem a necessidade de pedir pauta.

Na Corte Eleitoral, a cassação de Castro foi confirmada por quatro votos contra dois. A maior parte da Corte não considerou válida a argumentação da defesa do vereador de que sempre utilizou o nome Werbeth Macedo Castro e que a outra identidade foi um fato isolado. Esse fato, segundo a defesa do parlamentar, não seria de competência da Justiça Eleitoral e que a punibilidade no processo criminal já teria sido extinta.

Para os juízes que votaram pela cassação de Castro, o fato de ele ter dois documentos de identidades proporcionou que os eleitores fossem privados de sa-

ber a realidade sobre a vida de um dos candidatos e é esta a real razão da exigência das certidões destinadas ao registro das candidaturas.

Na época, a decisão do TRE determinou que Beto Castro permanecesse no mandato até o julgamento de embargos de declaração. No entanto, antes do recesso de fim de ano, um mandado de segurança interposto pela defesa de Castro foi deferido pelo desembargador Froz Sobrinho garantindo ao parlamentar a possibilidade de recorrer da decisão do TRE no cargo mesmo que o recurso seja interposto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Roseana, MJ, DPE, TJ e MP definem a realização do Mutirão Carcerário

A governadora Roseana Sarney reuniu-se, ontem, no Palácio dos Leões, com defensores públicos maranhenses e de outros estados e também com representantes do Ministério da Justiça, Poder Judiciário e Ministério Público. A reunião tratou sobre o Mutirão Carcerá-

rio Presencial, que ocorrerá na Penitenciária de Pedrinhas a partir de segunda-feira (27) e terá duração de 15 dias, reunindo 55 defensores públicos, sendo 21 do Maranhão e 34 de outros estados e também da União.

PÁGINA 3 [C1]

Governadora Roseana e membros do MJ, DPE, TJ e MP definem realização do Mutirão Carcerário

A governadora Roseana Sarney reuniu-se, na tarde de ontem (22), no Palácio dos Leões, com defensores públicos maranhenses e de outros estados e também com representantes do Ministério da Justiça, Poder Judiciário e Ministério Público. A reunião tratou sobre o Mutirão Carcerário Presencial, que ocorrerá na Penitenciária de Pedrinhas a partir do dia 27 de janeiro e terá duração de 15 dias, reunindo 55 defensores públicos, sendo 21 do Maranhão e 34 de outros estados e também da União.

Do encontro, participaram, entre outras autoridades, o presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, Nilton Arnecke; o secretário de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Flávio Caetano; o defensor geral do Estado do Maranhão, Aldy Mello Filho; a corregedora-geral do Tribunal de Justiça, Nelma Sarney, e a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha.

Na reunião, Roseana Sarney destacou que, quando assumiu o governo do Estado do Maranhão, havia seis núcleos da Defensoria Pública no interior do estado. Atualmente, são 26 núcleos da DPE. O quantitativo de defensores públicos também foi aumentado de 47 para 120. "Esse acréscimo, que garante o direito à defesa plena, é uma comprovação de que o governo tem se empenhado para solucionar o problema carcerário no estado", destacou.

A governadora também fez uma explanação sobre a força tarefa imprimida para sanar a crise no sistema carcerário maranhense e elencou algumas medidas já em andamento, bem como ressaltou o empenho de todos os envolvidos, inclusive os defensores públicos, no Comitê Gestor que está à frente das ações, que contemplam 11 me-



ROSEANA E DEFENSOR geral Aldy Mello Filho durante reunião com defensores federais e demais autoridades

didas discutidas em conjunto com o Ministério da Justiça.

A ação – O Mutirão Carcerário Presencial julgará a situação de mais de 2.700 presos, entre provisórios e definitivos. Antes do encontro com a governadora, representantes do Ministério da Justiça (MJ), Defensoria Pública, Poder Judiciário e Ministério Público (MP), reuniram-se na sede da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), na Praia Grande.

O defensor geral Aldy Mello Filho ressaltou que o mutirão presencial vai contar com defensores do Maranhão e de mais sete estados. "Com a ação, nós esperamos contribuir para resolver a crise no sistema penitenciário. O mutirão vai dar prioridade para os processos criminais. Ao todo, será avaliada a situação de mais de 2.700 presos".

Aldy Mello Filho lembrou que a Defensoria já tem atuado em uma

ação conjunta com o Ministério Público (MPMA) e o Poder Judiciário, com a realização do mutirão processual, iniciado no dia 15, e que tem a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado. A ação se estenderá até o mês de abril, no Fórum de São Luís.

O secretário de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Flávio Caetano, afirmou que ações realizadas pelo governo do Maranhão já tem tido resultados positivos, mas não são imediatas. Ele citou a transferência de presos, a integração da inteligência e a construção de presídios. "A força tarefa das defensorias dá continuidade ao plano de pacificação do sistema penitenciário, e é uma das 11 medidas a serem executadas em parceria pelos governos do Estado e federal. Ao todo, os defensores públicos terão 15 dias de atuação no

Complexo de Pedrinhas".

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, lembrou que a ação foi exitosa em outros estados, como em Santa Catarina. "Essa reunião já é uma consequência do Comitê de Ações Integradas proposto pelo governo, e que conta com a integração de órgãos federais e do estado, e a tendência é que o mutirão garanta agilidade aos processos dos presos provisórios, o que diminui a tensão pela liberdade".

Também presentes a Procuradora Geral de Justiça, Regina Rocha; o presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos, Nilton Arnecke; a corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Nelma Sarney; os secretários de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e o adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; além de defensores públicos, promotores e juizes.

ANTÔNIO MARTINS

Definido mutirão carcerário no Complexo Penitenciário

"Já fizemos forças nacionais em outros estados do Brasil, mas nunca encontramos um ambiente tão favorável, com vontade de resolver o problema como encontramos aqui no Maranhão". Essa foi a afirmação feita na tarde desta quarta, 22, pelo secretário de Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça, Flavio Caetano, durante a reunião na sede da Defensoria Pública do Maranhão, que discutiu a operacionalização da força tarefa que vai atuar no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em regime de mutirão.

O secretário afirmou estar muito otimista com a integração que viu nas instituições, destacando o compromisso dos poderes Executivo e Judiciário, assim com da Defensoria Pública e Ministério Público. "Percebemos que temos um ambiente de integração entre as instituições e o Governo do Estado poucas vezes vista. Sentimos que estão todos irmanados, trabalhando noite e dia para resolver o problema", disse.

No encontro, ficou definida como será a atuação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, que atuará na etapa presencial do

mutirão carcerário. Os trabalhos acontecerão dentro do Complexo de Pedrinhas e terão início no próximo dia 27. A primeira etapa do mutirão consiste na análise processual, que continua acontecendo no Fórum de São Luís.

Dentro do Complexo Penitenciário, o grupo de trabalho interinstitucional vai atuar no atendimento individualizado de cada preso, oportunidade em que será analisada a situação de presos provisórios e definitivos. O grupo também vai inspecionar as condições físicas das unidades, a fim de propor as melhorias necessárias.

Os trabalhos desta etapa serão coordenados pelos defensores públicos Paulo Costa (MA) e Andre Giroto (RS). Giroto esclareceu que a parceria do Judiciário e do Ministério Público será fundamental para execução dos trabalhos. Ele enfatizou que são estas instituições que vão dar celeridade aos pleitos que forem formulados pela Força.

Comitê Gestor - O mutirão carcerário faz parte das medidas do Comitê Gestor Integrado, presidido pela governadora Roseana Sarney, com o objetivo de buscar soluções conjuntas para os problemas enfrentados no Sistema Carcerário.

CNJ atualiza número de presos provisórios do país

Magistrados que integram os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário nos tribunais estaduais de Justiça têm até o próximo dia 31 para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quantos presos aguardam julgamento nas prisões de seus respectivos estados. O CNJ precisa atualizar o percentual de presos provisórios no país para definir os sete estados que receberão o Mutirão Carcerário do CNJ até o fim do ano. "O percentual de presos provisórios será um dos critérios

primordiais que serão usados na escolha dos sete sistemas prisionais onde o CNJ realizará mutirão carcerário este ano", afirmou o juiz do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ) Luiz Carlos Rezende.

Segundo o magistrado, a lista das unidades da Federação com maior número de presos provisórios será definida no início de fevereiro em reunião com o supervisor do DMF/CNJ, conselheiro Guilherme Calmon, e submetida ao presidente do Conselho, mi-

nistro Joaquim Barbosa, a quem cabe aprovar o plano anual de ação do órgão.

Durante os mutirões carcerários, os juízes responsáveis pelas prisões provisórias são convocados pelo CNJ a analisar se os acusados precisam ser realmente mantidos encarcerados. Caso as prisões não sejam mais necessárias, os presos provisórios recebem o direito de aguardar o julgamento em liberdade, o que ajuda a diminuir o quadro de superlotação no sistema carcerário.

CADASTRO – Os integrantes dos GMFs deverão atualizar os dados sobre prisões provisórias nos seus estados no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais. É no cadastro que os magistrados relatam as inspeções que realizam mensalmente a penitenciárias, cadeias públicas, delegacias, hospitais de custódia e outras unidades do sistema carcerário brasileiro, conforme determinação da Resolução 47/CNJ, de dezembro de 2007.

(Agência CNJ de Notícias)

Corregedoria apresenta balanço parcial do mutirão carcerário

Em pouco menos de uma semana, a força tarefa montada para análise processual já examinou 230 processos. Esse é o balanço apresentado na manhã de ontem (22), pela juíza corregedora Francisca Galiza, que coordena as atividades do mutirão. O esforço concentrado está acontecendo no Fórum de Justiça de São Luís e faz parte das medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada para conter a crise nos presídios de São Luís, que é presidido pela governadora do Estado, Roseana Sarney. A ação coordenada pela Comissão de Trabalho do Sistema Criminal, composta pela Corregedoria da Justiça, Unidade de Monitoramento Carcerário do TJ-MA, Corregedoria do Ministério Público e Defensoria Pública, foi instituída pela Resolução Conjunta 01/2014 e tem o objetivo de realizar um diagnóstico quantitativo dos presos, bem como das condições em que as penas estão sendo cumpridas. O grupo de trabalho é formado por juizes, promotores e defensores e conta com suporte de servidores que atuam nos moldes de uma secretaria judicial.

De acordo com a secretária do mutirão, Edwiges Bertrand, o principal fator de êxito das ações é o comprometimento do grupo de trabalho. "Temos visto a dedicação e o compromisso de juizes, defensores e promotores na rea-

lização das atividades. Os servidores também têm colaborado de forma decisiva, muitos estão, inclusive, dobrando seu horário de trabalho", frisou a secretária.

Edwiges esclareceu que o mesmo processo pode passar mais de uma vez pela análise do grupo. Isso porque há necessidade de instruir os processos com os elementos necessários e em conformidade com a legislação. "Há casos em que o juiz analisa, em seguida vai para o promotor se manifestar, logo depois retorna para o juiz, que conforme a situação solicita novas providências. Verificamos, também, que há processos que necessitam de laudos, que são emitidos pelo Instituto de Criminalística do Maranhão", esclareceu a secretária, reforçando que a ação tem contribuído para o fortalecimento das relações institucionais.

Análise criteriosa – Membro do grupo de trabalho, o juiz Rodrigo Nina, esclareceu que este mutirão tem características particulares e que é preciso um exame mais profundo, devido à complexidade de cada caso.

"A análise de cada caso segue critérios legais onde se verifica o andamento processual e a possibilidade de concessão de liberdade provisória ou adoção de medida cautelar, que conforme a particularidade do processo pode ou não haver a concessão", expli-

cou o juiz.

Apoio – A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, enfatizou o esforço dos juizes titulares das varas contempladas pelo mutirão. Para ela, a colaboração dos magistrados tem sido fundamental para o avanço dos trabalhos de uma forma positiva.

"Neste primeiro mês à frente da Corregedoria tenho visto de perto o empenho dos juizes em suas atividades. Isso é reflexo de uma magistratura alinhada com os anseios da sociedade e comprometida com a sua função social", avaliou a corregedora. Até o momento já foram examinados processos da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª varas criminais de São Luís, 1ª e 2ª varas de São José de Ribamar, 1ª e 2ª varas de Paço do Lumiar, 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís, 1ª e 3ª varas do Tribunal do Júri de São Luís, Vara Única da Raposa e Vara da Mulher de São Luís.

O mutirão também conta com o suporte oferecido pelo juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum de São Luís. O magistrado acompanha as ações diariamente e tem procurado oferecer a infraestrutura necessária para dar melhores condições de trabalho ao grupo do mutirão. Gomes afirmou que é momento de somar esforços, cada um contribuindo como pode para a solução dos problemas carcerários.

Maranhão

Definido mutirão carcerário no Complexo Penitenciário de Pedrinhas



Representantes de diversos órgãos definem os trabalhos do mutirão

“Já fizemos forças nacionais em outros estados do Brasil, mas nunca encontramos um ambiente tão favorável, com vontade de resolver o problema como encontramos aqui no Maranhão”. Essa foi a afirmação feita na tarde desta quarta, 22, pelo secretário de Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça, Flavio Caetano, durante a reunião na sede da Defensoria Pública do Maranhão, que discutiu a operacionalização da força tarefa que vai atuar no Complexo Penitenciário de

Pedrinhas, em regime de mutirão.

O secretário afirmou estar muito otimista com a integração que viu nas instituições, destacando o compromisso dos poderes Executivo e Judiciário, assim com da Defensoria Pública e Ministério Público. “Percebemos que temos um ambiente de integração entre as instituições e o Governo do Estado poucas vezes vista. Sentimos que estão todos irmanados, trabalhando noite e dia para resolver o problema”, disse.

No encontro, ficou definida como será a atuação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, que atuará na etapa presencial do mutirão carcerário. Os trabalhos acontecerão dentro do Complexo de Pedrinhas e terão início no próximo dia 27. A primeira etapa do mutirão consiste na análise processual, que continua acontecendo no Fórum de São Luís.

Dentro do Complexo Penitenciário, o grupo de trabalho interinstitucional vai atuar no atendimento individualizado de cada preso, oportunidade em que será analisada a situação de presos provisórios e definitivos. O grupo também vai inspecionar as condições físicas das unidades, a fim de propor as melhorias necessárias.

O defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Filho, falou da importância da união entre os órgãos e instituições. Para o defensor, este é um momento não só de reflexão da atual situação, mas também para discussão de um modelo prisional mais

adequado, no qual a Defensoria tenha um papel ainda mais participativo.

“O presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, Nilton Arnecke, também destacou o compromisso dos órgãos envolvidos. “O encontro foi positivo. Já participei de outras três forças nacionais, mas vemos que aqui as instituições estão realmente comprometidas em resolver o problema penitenciário. A força que ora se instala precisa dessa cooperação, em especial da Corregedoria que vai viabilizar o acesso aos processos para que sejam analisados”, ratificou.

Os trabalhos desta etapa serão coordenados pelos defensores públicos Paulo Costa (MA) e Andre Giroto (RS). Giroto esclareceu que a parceria do Judiciário e do Ministério Público será fundamental para execução dos trabalhos. Ele enfatizou que são estas instituições que vão dar celeridade aos pleitos que forem formulados pela Força.

CRISE NO BRASIL

OAB Nacional cria Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário

O Conselho Federal da OAB anunciou a criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, formada por Conselheiros de todos os Estados e do Distrito Federal. A coordenação será presidida por Adilson Geraldo Rocha, de Minas Gerais, com Márcio Vitor Meyer de Albuquerque (CE) como vice-presidente e Umberto Luiz Borges D'Urso (SP) como secretário.

A Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário da OAB será empossada no dia 4 de fevereiro, na sede do Conselho Federal, em Brasília. O jurista Miguel Realé Jr. fará uma palestra no dia da posse, que também marca a primeira reunião de trabalho do grupo. Os presidentes de todas as Seccionais receberão convite para o evento, assim como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e Augusto Eduardo de Souza Rossini, diretor do Departamento Penitenciário Nacional. Cardozo e Rossini

também serão convidados a participar da reunião.

“Esse grupo de trabalho será responsável pelo monitoramento permanente dos presídios brasileiros”, destacou o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Durante o mês de dezembro, em conversas com os presidentes das Seccionais, o Conselho Federal da OAB decidiu criar a Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário. Naquele mês, a OAB apresentou denúncias à Organização dos Estados Americanos (OEA) pelas péssimas condições do Presídio Central de Porto Alegre e do Presídio de Pedrinhas, no Maranhão – em janeiro, o complexo em São Luís virou símbolo do caos e da barbárie quando três presos foram decapitados em uma disputa de facções.

No enfrentamento da crise no sistema penitenciário nacional, o Conselho Federal,

além da criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, orientou as Seccionais a analisarem a situação em cada Estado e ajuizarem ações civis públicas cobrando dos governos melhorias nas condições dos presídios. Segundo Marcus, “o Estado é responsável pela proteção da vida das pessoas submetidas à sua custódia”.

A OAB também irá requerer aos juízes de cada Estado que os presos provisórios sejam separados dos presos condenados e que também haja divisão de acordo com a gravidade dos crimes cometidos.

Confira abaixo a lista completa dos membros da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário do Conselho Federal da OAB, criada por meio da portaria 011/2014, de 16 de janeiro de 2014:

Adilson Geraldo Rocha (MG) - presidente; Márcio Vitor Meyer de Albuquerque (CE) - vice-presidente; Um-

berto Luiz Borges D'Urso (SP) – secretário; Elísio Manoel Pinheiro Mansour Filho (AC); Francisco de Assis França Junior (AL); Epitácio da Silva Almeida (AM); José Calandrini Sidonio Junior (AP); Marcos Luiz Alves de Melo (BA); Alexandre Vieira de Queiroz (DF); Gilvan Vitorino da Cunha Santos (ES); Rodrigo Lustosa Victor (GO); Luis Antonio Câmara Pedrosa (MA); Luiz Carlos Saldanha Rodrigues Junior (MS); Betsey Polistchuck de Miranda (MT); Ivanilda Barbosa Pontes (PA); Wilson Sales Bechior (PB); Adeildo Nunes (PE); Lúcio Tadeu Ribeiro dos Santos (PI); José Carlos Cal Garcia Filho (PR); Maira Costa Fernandes (RJ); Hélio Miguel Santos Bezerra (RN); Rodolfo de Freitas Jacarandá (RO); Ednaldo do Nascimento Silva (RR); Ricardo Ferreira Breier (RS); Victor José de Oliveira da Luz Fontes (SC); Evânio José de Moura Santos (SE); Ester de Castro Nogueira Azevedo (TO).

COMPROMISSO**Governo vai aprimorar sistema socioeducativo no Maranhão**

O sistema deverá contar com obras de reforma e ampliação

O sistema socioeducativo do Maranhão, palco de rebeliões, violência e fugas de adolescentes em conflito com a lei, deverá contar com obras de reforma e ampliação nas unidades de internação, hoje superlotadas e sem condições de oferecer oportunidades de integração social aos internos. É o que prevê acordo de conciliação firmado entre o Governo do Maranhão, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público do Estado (MPE).

O acordo, firmado em 19 de dezembro, na 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, resulta da Ação Cautelar Inominada nº 597-53.202, proposta pelo MPE. Na ação, o governo maranhense é representado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania e pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC).

Foi definido que todas as obras deverão adequar as unidades de internação aos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que preveem um espaço físico propício à inserção social dos jovens. Além disso, o acordo determina o remanejamento de adolescentes entre unidades, para que eles sejam separados por tipo de medida socioeducativa aplicada.

As providências anunciadas vão ao encontro de parte das recomendações feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa Justiça ao Jovem, que fiscaliza os sistemas socioeducativos de todo o país. "O último relatório do Programa Justiça ao Jovem, resultado de uma inspeção realizada em 2012, apontava a péssima estrutura e conservação das unidades existentes, acirrada pela falta de investimentos e abandono, além da concentração territorial das unidades", afirmou a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Marina Gurgel.

Uma das unidades envolvidas no acordo é o Centro da Juventude Canaã (CJC), situado em São Luís, onde houve fuga de internos neste mês. Foi pactuado prazo de um ano para que ele passe a destinar 40 vagas ao atendimento exclusivo a jovens cumpridores de internação provisória.

Outra unidade de internação, a do Bairro São Cristóvão, igualmente de São Luís, deverá contar com 20 vagas para abrigar, exclusivamente, adolescentes em cumprimento de medida de internação definitiva.

Por sua vez, o Centro de Ressocialização Alto da Esperança (CJAE), onde também houve fugas neste mês, é outra unidade de São Luís com previsão de obras. Ficou acertado que sua capacidade deverá ser ampliada para 18 vagas. Após a ampliação, o acordo prevê a transferência para o CJAE, no prazo de 15 dias, dos adolescentes em cumprimento de internação definitiva e de internação-sanção, incluindo os que hoje se encontram no Centro da Juventude Canaã (CJC). Caso não haja a transferência dos internos no prazo estabelecido, o CJC deverá ser interditado imediatamente.

Segundo a juíza Marina Gurgel, do CNJ, as medidas pactuadas têm potencial para aprimorar o sistema socioeducativo maranhense. "Esperamos, sinceramente, que os pontos previstos na referida decisão judicial, fruto do diálogo entre os poderes e reabertura de diálogo com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, possam resultar em avanços importantes nesta área, e, quem sabe, servir de exemplo aos demais gestores", afirmou a representante do CNJ.

A magistrada concluiu saudando a disposição de todas as partes envolvidas no processo em buscar soluções conciliadas para o sistema socioeducativo do Maranhão: "A sentença aponta para uma solução conciliatória envolvendo o Poder Executivo do Maranhão e o sistema de Justiça. Em se tratando de matéria afeta à infância e juventude, somente essa reunião de vontades e esforços é capaz de mudar o atual cenário do Estado do Maranhão, no que diz respeito ao sistema socioeducativo". *Fonte: CNJ*

Definido mutirão carcerário na Penitenciário de Pedrinhas

O grupo de trabalho interinstitucional vai atuar no atendimento individualizado de cada preso, oportunidade em que será analisada a situação de presos provisórios e definitivos



Representantes de diversos órgãos definem os trabalhos do mutirão

"Já fizemos forças nacionais em outros estados do Brasil, mas nunca encontramos um ambiente tão favorável, com vontade de resolver o problema como encontramos aqui no Maranhão". Essa foi a afirmação feita na tarde desta quarta (22), pelo secretário de Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça, Flavio Caetano, durante a reunião na sede da Defensoria Pública do Maranhão, que discutiu a operacionalização da força tarefa que vai atuar no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em regime de mutirão.

O secretário afirmou estar muito otimista com a integração que viu nas instituições, destacando o compromisso dos poderes Executivo e Judiciário, assim com da Defensoria Pública e Ministério Público. "Percebemos que temos um ambiente de integração entre as

instituições e o Governo do Estado poucas vezes vista. Sentimos que estão todos irmanados, trabalhando noite e dia para resolver o problema", disse.

No encontro, ficou definida como será a atuação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, que atuará na etapa presencial do mutirão carcerário. Os trabalhos acontecerão dentro do Complexo de Pedrinhas e terão início no próximo dia 27. A primeira etapa do mutirão consiste na análise processual, que continua acontecendo no Fórum de São Luís.

Dentro do Complexo Penitenciário, o grupo de trabalho interinstitucional vai atuar no atendimento individualizado de cada preso, oportunidade em que será analisada a situação de presos provisórios e definitivos. O grupo também vai inspecionar as condições físicas

das unidades, a fim de propor as melhorias necessárias.

O defensor público-geral do Estado, Aldy Mello Filho, falou da importância da união entre os órgãos e instituições. Para o defensor, este é um momento não só de reflexão da atual situação, mas também para discussão de um modelo prisional mais adequado, no qual a Defensoria tenha um papel ainda mais participativo.

O presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, Nilton Arnecke, também destacou o compromisso dos órgãos envolvidos. "O encontro foi positivo. Já participei de outras três forças nacionais, mas vemos que aqui as instituições estão realmente comprometidas em resolver o problema penitenciário. A força que ora se instala precisa dessa cooperação, em especial da Corregedo-

ria que vai viabilizar o acesso aos processos para que sejam analisados", ratificou.

Os trabalhos desta etapa serão coordenados pelos defensores públicos Paulo Costa (MA) e Andre Giroto (RS). Giroto esclareceu que a parceria do Judiciário e do Ministério Público será fundamental para execução dos trabalhos. Ele enfatizou que são estas instituições que vão dar celeridade aos pleitos que forem formulados pela Força.

APOIO - Presente no encontro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou o esforço que está sendo empreendido por juízes e servidores no mutirão de análise processual que está em andamento. Nelma Sarney enfatizou que no momento em que o Maranhão mais precisa a magistratura mostra que está unida, somando esforços para contribuir na solução dos problemas enfrentados no Estado.

"Os senhores tenham certeza de que encontrarão, aqui, juízes destemidos e preparados para ajudar naquilo que for necessário", afirmou a desembargadora. Nelma Sarney também se prontificou a dar apoio de pessoal e estrutura necessária para a Força Nacional da Defensoria Pública desempenhar bem suas funções.

Ratificando a posição da corregedora, a assessora Clarice Calixto elogiou o empenho do Judiciário, cujos membros têm dado todo suporte desde o princípio da crise. Agradeceu também o apoio recebido do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

23.01.14 – O ESTADO DO MARANHÃO - Capa

1.556 presos devem participar da fase presencial do mutirão

Em reunião na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, foi definido que a segunda etapa do mutirão carcerário começará segunda-feira no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; uma força-tarefa de 30 defensores públicos desembarcará em São Luís

Secom



A governadora Roseana Sarney reuniu-se ontem com defensores públicos, membros do MP, do Ministério da Justiça e do TJMA para tratar da segunda fase do mutirão carcerário, na próxima segunda-feira, da qual participarão 1.556 presos. **Geral 5**

Um quantitativo de 1.556 presos provisórios deve participar da segunda etapa ou fase presencial do mutirão carcerário, que será iniciada na próxima segunda-feira (27), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ontem à tarde, em reunião realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), o presidente do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, Nilton Leonel Arnecke, garantiu que uma força-tarefa de 30 defensores públicos desembarcará em São Luís para iniciar um novo ciclo de apreciação da situação prisional na capital. Eles irão se juntar aos 21 defensores públicos do estado que já estão engajados na operação desse trabalho.

Segundo Nilton Arnecke, que também responde pela Defensoria Geral do Rio Grande do Sul, mediante solicitação do Ministério da Justiça e do Governo do Maranhão, o Conselho Nacional de Defensores Gerais (Condege) decidiu fornecer o apoio necessário à DPE com a presença de profissionais especializados nas áreas criminal e de execução penal de todo o país para auxiliar e dar maior celeridade ao mutirão.

A previsão é que os trabalhos da fase presencial possam ser estendidos até a primeira quinzena do mês de abril, quando toda a situação de presos provisórios será analisada caso a caso. "Essa operacionalização é para que todos os presos sejam atendidos mediante à solicitação dos seus processos e que isso possa transcorrer num prazo menor possível. Entendemos que nesse período será possível a análise de todos os processos e a conversação com todos os detentos", declarou o defensor Nilton Arnecke.

Força-tarefa - Ele destacou que nessa segunda fase haverá uma participação mais presente da Defensoria Pública com a chegada da força-tarefa. "Apesar do esforço que está sendo feito, a Defensoria do Maranhão ainda conta com um número pequeno de profissionais. O apoio dos demais profissionais da área, vindo de outros estados, massificará o trabalho e buscará pacificar a questão interna nos presídios do estado. Hoje, sabemos que apenas um terço dos presos teve entrevista com um defen-



Reunião na Defensoria Pública que tratou das diretrizes da nova etapa do mutirão carcerário

Antônio Martins



Governadora Roseana durante reunião na tarde de ontem com defensores federais e demais autoridades

formação para quem está lá [no presídio]. Os presos ficam sem qualquer informação jurídica sobre suas penas e seus direitos", ressaltou.

A ação da força-tarefa nacional de defensores já ocorreu em outros estados, como Minas Gerais e Paraná. Conforme o secretário nacional de Reforma no Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Croce Caetano, esse trabalho é importante para debelar a crise prisional que se instalou no Maranhão. Apesar disso, ele destacou que o estado está no meio de uma situação emergencial, mas que o Governo do Estado tem tomado as providências cabíveis para equacionar a crise. "Essa não é

Ações emergenciais - O representante do Ministério da Justiça elogiou o engajamento das instituições públicas do Estado em ações emergenciais para debelar o alerta vermelho no sistema prisional. "Em outros estados, não percebemos de imediato essa integração que vem ocorrendo no Maranhão. Acredito que esse seja um passo fundamental para que possamos ter resultados positivos. Da parte do Ministério da Justiça, quero elogiar a todos como a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e os demais órgãos presentes nesta reunião", destacou Flávio Caetano.

Ele disse ainda que o Gover-

volta à tranquilidade no sistema prisional. "Vale ressaltar que das 11 propostas anunciadas pelo ministro da Justiça [José Eduardo Cardozo], uma delas já está funcionando efetivamente por meio do Comitê Gestor de Ações Integradas. Outras tarefas, como a remoção de presos, também já começaram a ser implementadas, além da integração das polícias [Civil e Militar] para ações de inteligência. Fora isso, o próprio ministro da Justiça garantiu ser o dever do Governo Federal levar uma força-tarefa de defensores públicos ao estado para um grande mutirão", enfatizou.



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Digital

Quinta, 23 de janeiro de 2014

Publicado em: 22/01/2014 -14:43

Órgão Especial agilizará julgamento de processos no TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou nesta quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau, empossando os 15 membros que comporão o órgão, sendo três natos, seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos. As sessões do órgão acontecerão com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).

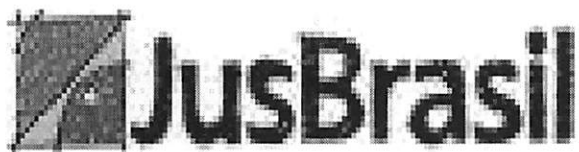
O Órgão Especial exercerá todas as competências e atribuições do Plenário, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal, da direção da ESMAM, dos membros do próprio Órgão Especial, de desembargadores, juizes e listas tríplexes de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplex de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

Após conduzir o processo de eleição e instalação do Órgão, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire informou que sua instalação foi feita em cumprimento à legislação vigente, que prevê a criação de um órgão especial nos tribunais com mais de 25 membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais. "O TJMA já possui 27 membros, então é necessário compatibilizar a sua constituição com os princípios da celeridade no trâmite das ações, ao tempo em que aprimoramos as nossas rotinas", disse a presidente.

VOTAÇÃO – Conforme eleição secreta realizada nesta quarta-feira (22), o Órgão será composto pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; pela vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney (membros natos); pelos titulares por antiguidade, desembargadores Antonio Bayma, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e Benedito Belo; pelos membros titulares eleitos, desembargadores Joaquim Figueiredo, Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Ângela Salazar, Lourival Serejo e Ricardo Duailibe; e pelos suplentes eleitos, desembargadores Paulo Velten, José Bernardo Rodrigues, Marcelino Ewerton, Raimundo Melo, Graças Duarte e José Luiz Oliveira.

Todos os processos de competência do Órgão Especial que já possuam relatores do Plenário serão redistribuídos, com exceção daqueles cujos julgamentos já tenham sido iniciados.

LOMAM – O Órgão foi criado pela Lei Complementar nº 160/, de 3 de dezembro de 2013, que alterou o caput e o parágrafo 6º da Lei Complementar Nº 14/1991, e acrescenta o artigo 18-A e disciplinado pela Resolução TJMA Nº 74/2013. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (nº 35/1979) prevê que os Tribunais de Justiça dos Estados, com mais de vinte e cinco desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno.



Consulta a processos do CNJ será feita somente por meio eletrônico

22/01/2014

A partir do dia 3 de fevereiro, o acesso aos processos que tramitam no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passará a ser feito somente por meio eletrônico, com uso de certificação digital. A medida é decorrente da substituição definitiva do sistema e-CNJ para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), que deve ser concluída em março.

A informação foi repassada ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em despacho enviado pelo secretário-geral adjunto do CNJ, em exercício, juiz Clenio Jair Schutz.

Com a transição dos sistemas, advogados, magistrados e servidores do Tribunal e partes deverão ter, obrigatoriamente, a certificação digital para movimentar os autos de processos instaurados, como requerimentos e petições.

Em outubro de 2013, o TJMA concluiu a certificação digital de cerca de 1.700 magistrados e servidores que atuam na movimentação processual, prevendo as modificações ocorridas com a implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do Judiciário estadual.

Está sendo feito o levantamento daqueles que ainda não concluíram o cadastro, a fim de garantirmos a utilização em massa da certificação digital no TJMA, disse o juiz auxiliar da Presidência Nilo Ribeiro Filho.

CERTIFICADO - O certificado digital é um dispositivo usado para a assinatura e autenticação eletrônica de documentos, baseado numa sequência de cálculos matemáticos, que garantem a segurança e a autenticidade dos documentos.

A certificação digital só não será exigida para pessoas que não são magistrados, membros do Ministério Público ou advogados. Para esse público, o encaminhamento de pedidos ao CNJ pode ser feito por correspondência postal ou diretamente na secretaria processual. Além disso, o CNJ mantém equipamentos de acesso à internet e serviço de apoio para a digitalização de documentos e formalização de petições iniciais, conforme estabelece a Resolução nº 185

BLOG DO RONALDO ROCHA

Iniciado ano judiciário no TJMA

Publicado em 22 de janeiro de 2014 por ronaldorochoa



Desembargadora Cleonice Freire abre os trabalhos no Tribunal de Justiça do MA

Na abertura do ano judiciário, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, prestou contas das primeiras ações realizadas em um mês de sua gestão e apresentou a sua equipe de colaboradores, durante o ato solene de abertura do ano judiciário, hoje, na sala das sessões plenárias do Palácio da Justiça.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do TJMA anunciou o adiamento da sessão jurisdicional prevista para a data e abriu sessão extraordinária administrativa, na qual foi instalado o Órgão Especial e eleitos os seus membros.

Em seu pronunciamento, a desembargadora falou da satisfação em presidir o TJMA, após um longo caminho percorrido como magistrada. “Sinto-me confiante para enfrentar os desafios e suportar o peso das responsabilidades do cargo que os colegas me delegaram”, declarou.

A presidente do TJMA ressaltou que se empenhará para fortalecer a imagem institucional do Judiciário maranhense. “Estou disposta a dar o melhor de mim na construção de um Poder Judiciário forte, atuante, em sintonia com as necessidades de uma sociedade moderna e em constante processo de mutação”, disse, convidando magistrados, operadores da Justiça e servidores a trabalhar de forma colaborativa com a sua gestão.



Processos do CNJ - 22/01/2014 às 23h56

Consulta a processos do CNJ será feita somente por meio eletrônico

A partir do dia 3 de fevereiro, o acesso aos processos que tramitam no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passará a ser feito somente por meio eletrônico, com uso de certificação digital. A medida é decorrente da substituição definitiva do sistema e-CNJ para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), que deve ser concluída em março.

A informação foi repassada ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em despacho enviado pelo secretário-geral adjunto do CNJ, em exercício, juiz Clenio Jair Schutz.

Com a transição dos sistemas, advogados, magistrados e servidores do Tribunal e partes deverão ter, obrigatoriamente, a certificação digital para movimentar os autos de processos instaurados, como requerimentos e petições.



Julgamento de processos - 23/01/2014 às 00h01

Órgão Especial agilizará julgamento de processos no TJMA



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou nesta quarta-feira (22), em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial para julgamentos de processos de 2º grau, empossando os 15 membros que comporão o órgão, sendo três natos, seis titulares por antiguidade e seis titulares eleitos.

As sessões do órgão acontecerão com o mínimo de nove membros, em sessões administrativas (primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês e, na quinta, quando ocorrer).



Governo do Maranhão se compromete a aprimorar sistema socioeducativo

22/01/2014 - 10h07

Luiz Silveira/Agência CNJ



O sistema socioeducativo do Maranhão, palco de rebeliões, violência e fugas de adolescentes em conflito com a lei, deverá contar com obras de reforma e ampliação nas unidades de internação, hoje superlotadas e sem condições de oferecer oportunidades de integração social aos internos. É o que prevê acordo de conciliação firmado entre o Governo do Maranhão, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público do Estado (MPE).

O acordo, firmado em 19 de dezembro, na 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, resulta da Ação Cautelar Inominada nº 597-53.202, proposta pelo MPE. Na ação, o governo maranhense é representado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania e pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC).

Foi definido que todas as obras deverão adequar as unidades de internação aos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que preveem um espaço físico propício à inserção social dos jovens. Além disso, o acordo determina o remanejamento de adolescentes entre unidades, para que eles sejam separados por tipo de medida socioeducativa aplicada.

As providências anunciadas vão ao encontro de parte das recomendações feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa Justiça ao Jovem, que fiscaliza os sistemas socioeducativos de todo o país.

“O último relatório do Programa Justiça ao Jovem, resultado de uma inspeção realizada em 2012, apontava a péssima estrutura e conservação das unidades existentes, acirrada pela falta de investimentos e abandono, além da concentração territorial das unidades”, afirmou a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Marina Gurgel. Uma das unidades envolvidas no acordo é o Centro da Juventude Canaã (CJC),

situado em São Luís, onde houve fuga de internos neste mês. Foi pactuado prazo de um ano para que ele passe a destinar 40 vagas ao atendimento exclusivo a jovens cumpridores de internação provisória.

Outra unidade de internação, a do Bairro São Cristóvão, igualmente de São Luís, deverá contar com 20 vagas para abrigar, exclusivamente, adolescentes em cumprimento de medida de internação definitiva.

Por sua vez, o Centro de Ressocialização Alto da Esperança (CJAE), onde também houve fugas neste mês, é outra unidade de São Luís com previsão de obras. Ficou acertado que sua capacidade deverá ser ampliada para 18 vagas. Após a ampliação, o acordo prevê a transferência para o CJAE, no prazo de 15 dias, dos adolescentes em cumprimento de internação definitiva e de internação-sanção, incluindo os que hoje se encontram no Centro da Juventude Canaã (CJC). Caso não haja a transferência dos internos no prazo estabelecido, o CJC deverá ser interditado imediatamente.

Segundo a juíza Marina Gurgel, do CNJ, as medidas pactuadas têm potencial para aprimorar o sistema socioeducativo maranhense. “Esperamos, sinceramente, que os pontos previstos na referida decisão judicial, fruto do diálogo entre os poderes e reabertura de diálogo com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, possam resultar em avanços importantes nesta área, e, quem sabe, servir de exemplo aos demais gestores”, afirmou a representante do CNJ.

Por outro lado, a juíza destacou a necessidade de solução também de outras deficiências verificadas no sistema socioeducativo do estado, não contempladas no referido acordo. “Um dos pontos nevrálgicos da deficiência do sistema socioeducativo maranhense situa-se na inexistência de quadro próprio da FUNAC (Fundação da Criança e do Adolescente), ausência de atendimento à saúde dos adolescentes, total inexistência de um projeto pedagógico, dentre outros graves problemas”, observou.

A magistrada concluiu saudando a disposição de todas as partes envolvidas no processo em buscar soluções conciliadas para o sistema socioeducativo do Maranhão: “A sentença aponta para uma solução conciliatória envolvendo o Poder Executivo do Maranhão e o sistema de Justiça. Em se tratando de matéria afeta à infância e juventude, somente essa reunião de vontades e esforços é capaz de mudar o atual cenário do Estado do Maranhão, no que diz respeito ao sistema socioeducativo”.